

Eixo 8

Ensino profissional para moças pobres segundo a imprensa brasileira, 1889–1930

Palloma Victória Nunes e Silva
Juliana Santos de Oliveira
Betânia de Oliveira Laterza Ribeiro

O Brasil organizou a preparação escolar de trabalhadores para o exercício profissional nas primeiras décadas do século XX. Em setembro de 1909, o decreto-lei 7.566 prescreveu que o ensino profissional seria dirigido a pobres e desafortunados. Foram criadas 19 escolas de artes e ofícios Brasil afora. Do decreto se depreende a finalidade moral de não só habilitar filhos dos desfavorecidos da fortuna com preparo técnico e intelectual, mas também fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, o que os afastaria da ociosidade ignorante, dos vícios e do crime. Disso se infere uma política moralizadora do caráter pelo trabalho para a juventude. Afinal, é um dos primeiros deveres do governo republicano formar cidadãos úteis à nação. A pesquisa apresentada neste resumo converge para essas questões ao ter como **objeto de estudo** a representação de uma escola profissional feminina na imprensa. Sua premissa é que esse ensino se alinhou em uma classe social pobre — alunas que desenvolveram tardiamente um ofício, pois as obrigações no lar se impunham e as oportunidades profissionais se destinavam a *priori* ao trabalhador masculino. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo: “Educação, pobreza, política e marginalização: formação da força de trabalho na nova capital de Minas Gerais”, 1909–27, aprovado pela FAPEMIG e pelo CNPq, agências brasileiras de fomento à pesquisa acadêmica. A metodologia seguiu referenciais teóricos do método histórico dialético, em que se busca articular o contexto local com o estadual e o nacional, bem como a premissa da relação entre ensino profissional, juventude e pobreza, categorias derivadas das fontes. As fontes de estudo incluem mensagens de governadores estaduais, discursos proferidos nas assembleias legislativas, legislação educacional, anuário de ensino e a imprensa. A análise dessas fontes seguiu o referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético na inter-relação de ensino profissional, com exclusão, pobreza, juventude e marginalidade em sua dinâmica em Belo Horizonte, MG, entre os anos de 1909 e 1927. Os achados e as constatações da pesquisa apontam articulação entre preparação profissional escolar feminina e eleição. Isso porque mensagens de governadores trataram da possibilidade do voto da mulher votar no Brasil, proibido até 1932; também apontam que a Escola Profissional Feminina se vinculou a uma juventude pobre a fim de prepará-la para o lar; daí a oferta de disciplinas como Corte e Costura. Além disso, caso se considere disciplinas como Datilografia, a escola possibilitou às mulheres formas de ocupar profissionalmente o espaço público, apesar de relações de gênero ainda muito desiguais nessa esfera. Tal preparação para o trabalho lhes dava atributos para atuar como secretárias.

Palavras-chave: Ensino profissional; juventude; pobreza.